

Quem está alegre com a Constituição

Às 15h30 de hoje encerra-se a transição. Cai em desuso a Constituição de 1967, modificada em 1969 pela Emenda nº 1 que a ela incorporou a essência do Ato 5, e entra em vigor a Carta de 1988. Vai assim para o museu o documento mediante o qual o presidente Castello Branco imaginou dar poder efetivo aos presidentes da República e dotar a União de meios para executar soberanamente, independente de pressões do Poder Legislativo e dos estados federados, uma política de controle das finanças e da economia programada por seu ministro do Planejamento, o atual constituinte senador Roberto Campos.



Centralizadora e autoritária, a Carta que consolidou o poder militar e projetou por mais de 20 anos a tutela imposta à nação, tornou-se um documento que não conseguiu dar aos negócios públicos a pretendida racionalidade na época imaginada pelos que temiam e temem a incidência na administração dos particularíssimos interesses partidários e regionais que haviam florescido sob o regime de 1946. Os inspiradores da Constituição de 67 alegaram que a Emenda nº 1 a inviabilizou. Na realidade ela consagrava mecanismos de intervenção e prepotência incompatíveis com a verdadeira prática democrática.

Quanto à ingovernabilidade demonstrada pela Constituição anterior, deve-se registrar que, com exceção do marechal Eurico Dutra, que primou em obedecê-la, todos os presidentes da República a denunciaram como sendo um instrumento inadequado para o exercício efetivo do governo. Getúlio Vargas quis reformá-la de cabo a rabo. Café Filho declarou ser impossível governar o país com aquela Constituição. Juscelino e Jânio tentaram reformá-la, os militares aceitaram sua transformação em Carta parlamentarista e Jango restaurou o presidencialismo mas queria modificá-la para permitir que se realizassem as reformas de base.

Sua reforma e sua final abolição seria promovida a partir do golpe militar de 1964 que instituiu um regime incompatível com as aspirações nacionais. Hoje remove-se a Carta que frutificou na ditadura e foi emendada várias vezes e por motivos diversos pelos ditadores rotativos. Coube ao presidente José Sarney propor a convocação de um Congresso constituinte cuja tarefa está sendo coroada com a promulgação da "Constituição cidadã", segundo a expressão com a qual o presidente da Assembléia paga seu tributo à província e ao juvenil espírito cívico das Arcadas. Sarney discordou dos rumos da Constituinte e denunciou o projeto como conducente a uma Constituição que tornaria o país ingovernável. O

deputado Ulysses Guimarães assegurou que a Assembléia seria guardiã da governabilidade do país num confronto que cessa hoje. O presidente da República anunciou que, como primeiro servidor público, zelou até aqui pela Constituição ainda em vigor, mas a partir de hoje zelará pela nova e fará com que todos a cumpram e respeitem. Para ele todos os compromissos assumidos foram cumpridos.

O Sr. Ulysses Guimarães pretende que com a Constituição removam-se "os escumbros" do regime militar. Faz lembrar Getúlio Vargas quando, por motivos opostos, anunciou em 1940 estar na hora de "remover o entulho das idéias mortas". Não há idéias mortas a remover, mesmo porque todas elas, as que Getúlio queria enterrar e que sobreviveram e as que Ulysses pretende levar ao túmulo continuam vivas, como documentam as atas da reunião dos Exércitos latino-americanos realizada há um ano em Buenos Aires. As idéias estão por aí. O problema é impedir que elas promovam ajuntamentos e desencadeiem operações que terminem por deixar de lado as aspirações populares.

Vamos confiar no vigor do novo ordenamento jurídico nacional, que tanto estimula as esperanças de quem está sendo consagrado como "o pai da Constituição", o deputado Ulysses Guimarães, que, com o troféu na mão, pretende candidatar-se à gratidão popular que o situaria na Presidência da República. Ele quer chegar ao Palácio do Planalto para realizar, segundo disse, um "governo alegre". Diante do "dragão da inflação" que não se abate e que constitui o desafio que o atual governo não está enfrentando com êxito, não há muito como pensar em alegria. O falecido presidente Costa e Silva, que perdeu a alegria ao assumir o governo, costumava dizer, citando Milton Campos: "No século XX, o poder é triste." A frase, como se sabe, não é do senador mineiro, mas de Camus, e Milton, quando a citava, dava-lhe a real autoria. O que está alegre, hoje, e com razão, é a alma do deputado Ulysses Guimarães.

A propósito, aliás, de tristezas e alegrias, segunda-feira à noite, na casa do ministro Ronaldo Costa Couto, que fazia anos, o presidente José Sarney contou que sua mãe, dona Kyola, havia lhe dito pelo telefone: "Meu filho, desde que você está nesse cargo eu não vi você feliz." Mas o presidente disse estar também satisfeito. O que prometeu fazer está feito.

As festas de Brasília

Nas festas do dia de hoje em Brasília, uma presença visível é a de diversos governadores. O de Minas, Newton Cardoso, reúne a bancada do seu estado num almoço.

E quem não perdeu seu senso de humor e continua rápido no gatilho é o inquieto consultor geral da República, Saulo Ramos, apesar de solenemente advertido pelo deputado Ulysses Guimarães.

Assessores

O ministro da Cultura, José Aparecido, nomeou seus dois assessores. São Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Nada menos.

Carlos Castello Branco